

A BALAIADA NO MARANHÃO: uma revisão historiográfica

BALAIADA IN MARANHÃO: a historiographical review

Rafael de Jesus Pinheiro Privado *
Telma Bonifácio dos Santos Reinaldo (Dra.) **



Imperatriz (MA), v. 2, n. 3, p. 65-76, jul./dez. 2020
ISSN 2675-0805

Recebido em: 08 de agosto de 2020
Aprovado em: 10 de setembro de 2020

RESUMO

O esforço deste artigo é o de capturar alguns dos fatores que demarcam um período de lutas no Maranhão que se estenderam até o início do Segundo Reinado. Um período marcado por existência de conflitos sangrentos nas províncias do Maranhão e do Piauí, em consequência das lutas entre brasileiros e lusitanos, com desejo de liberdade e, em choque com a convergência política e as deficientes conjunturas socioeconômicas em que viviam as esferas subalternas. Um encadeamento de lutas que se agravou, instabilizando a “lei” e intensificando o grave cenário social e econômico. Além do mais, o Período Regencial jamais pode ser definido unicamente como uma etapa da História em que se sobressairam a crueldade e a incerteza, porém se configurou com clamores de liberdade, que se evidenciaram nas lutas que despontaram em grande parcela das províncias.

Palavras-chave: Lutas. Província do Maranhão. Classes subalternas. Balaiada. Piauí.

ABSTRACT

The effort of this article is to capture some of the factors that mark a period of struggles in Maranhão that will extend to the beginning of the Second Reign. A period marked by the existence of bloody conflicts in the province of Maranhão and Piauí, as a result of the struggles between Brazilians and Portuguese, with a desire for freedom, in shock with the political convergence, and deficient socioeconomic conjunctures in which the subordinatespheres coexisted. A chain of struggles that got worse, making the “law” unstable, intensifying the serious social and economic scenario. Furthermore, the Regency Period can never be defined solely as a stage in history, in which cruelty and uncertainty stood out, but it was configured, as claims for freedom, evident in the struggles that emerged in a large part of the provinces.

Keywords: Fights. Maranhão Province. Subaltern classes. Balaiada. Piaui.

* Graduando em História Licenciatura pela Universidade Federal do Maranhão-UFMA. E-mail: rafaelpinheirofo8@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9327-0346>.

** Professora do Curso de História da Universidade Federal do Maranhão-UFMA. E-mail: bomfaraoh@hotmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6183-7056>.

1 Introdução

O presente artigo pretende lançar um olhar historiográfico, buscando reabilitar a Balaiada na memória coletiva, com novas interpretações que possam colaborar para um novo olhar sobre os rebeldes e seu palco de ação que notadamente foi o sertão maranhense.

A Balaiada segue sendo, certamente, a maior resistência popular ocorrida na província do Maranhão e Piauí e uma das mais pertinentes na história brasileira. Desde então, esse movimento tem fomentado múltiplas e numerosas concepções.

Embora tenha havido o esforço da memória oficial para omitir o movimento ou depreciá-lo perante a memória social, novos esforços têm ocorrido no sentido de reaver seu sentido histórico e seu enorme valor para a história do Brasil e do Maranhão. No decorrer deste texto, expresso um pequeno esboço sobre o conflito que está inserido na historiografia maranhense, pincelando seu desenrolar na província do Piauí, a partir da reflexão feita até aqui por alguns de nossos estudiosos da historiografia brasileira e maranhense, tais como Serra (1948), Sodré (1979), Prado Júnior (1979), Santos (1983), Dias (1995;1996) e Assunção (1988;2008).

2 Contexto da resistência

Como um tempo de manifestações, a Regência apresentou-se muitas vezes convulsionada por conflitos que agitavam tanto o centro do Império como as demais províncias. Eram movimentos que se posicionavam contra o poder central e que demonstravam a sua fragilidade em conseguir se instituir. Segundo José Murilo de Carvalho (2001), a melhor denotação das adversidades em definir um sistema nacional de dominação com base na solução monárquica situa-se nas rebeliões regenciais.

Para o autor, as revoltas que começaram a ocorrer durante a Regência podem ser separadas em dois grandes grupos. A primeira onda de revoltas teria começado com a abdicação do imperador em 1831 e se estendido até 1835, traduzindo as inquietações do povo e das tropas que habitavam as principais capitais.

A segunda onda de revoltas teria se iniciado ainda na Regência, em 1835, e se prolongado até 1848, porém tais movimentos teriam um caráter diverso dos demais, visto que protestavam contra o poder central e partiam dos principais centros urbanos. Assim, os conflitos também teriam se espalhado pelo interior do Império, nas áreas rurais, com a manifestação das camadas mais pobres ou mais esquecidas do Pará, da Bahia, do Maranhão, do Piauí etc.

Assim, após a abdicação, os contemporâneos ao episódio, esperavam que novos caminhos fossem ser trilhados pela jovem nação e a efervescência do debate político caracterizou o “laboratório da nação”, expressão empregada pelo historiador Marco Morel para apontar a presença das disputas de distintos projetos nacionais e o surgimento de novos atores políticos nesse momento (MOREL, 2003, p. 9).

Além do mais, foram ouvidos gritos de liberdade, expressos nas lutas que eclodiram nas províncias. Entre essas revoltas se sobressaíram: “a Farroupilha”, no Rio Grande do Sul, a maior guerra civil brasileira; “A Sabinada e a Revolta dos Escravos Malês”, na Bahia; “a Cabanagem”, movimento social e popular, que emergiu na província do Pará; e “a Balaiada, ou Guerra dos Bem-te-vis”, movimento social e popular que surgiu na província do Maranhão. Só é viável compreender a Balaiada encadeando-a com a História do Brasil e do Maranhão nas décadas de 1820 e 1830.

Figura 1 - Mapa de lutas regenciais no Brasil



Fonte: ON ALUNOS, Pinterest. Período Regencial rebeliões.
Disponível em: <https://images.app.goo.gl/ioFs8dTjiqXscy9u9>.
Acesso em 17/05/2020.

Nessa conjuntura, sucederam os movimentos da Independência, com a abdicação e ascensão das regências, que se caracterizaram pelos enfrentamentos envolvendo brasileiros e lusitanos. Além do mais, a monarquia não chegou a se estabelecer no decênio de 1820, o que acelerou o movimento abdicatório. Paralelamente, o cenário foi de escravidão, imperando o racismo, o conflito pela terra, o recrutamento obrigatório para integrar a Guarda-Nacional, os embates políticos e as farsas eleitorais, entre outros elementos.

Caio Prado Jr. (1979) destaca que a Independência foi mais um “arranjo político” orquestrado à revelia da sociedade brasileira, no qual os grandes proprietários não foram prejudicados, pois continuaram com seus exércitos de escravos e, o mais importante, deu-lhes a oportunidade de se firmarem no poder local, mesmo quando houve a deposição do imperador em 1831.

Para Sodré (1979), a deposição do imperador foi consequência de suas alianças com os portugueses firmadas à revelia dos interesses locais e, infelizmente, deu certo, culminando com a instauração das regências, que então consolidaram o fim do processo de independência ao possibilitar uma forma de governar que tipicou o Brasil das oligarquias e dos grandes proprietários de terra (SODRÉ, 1979, p. 249).

O que vigorou no Brasil, nesse íterim, foram as ações de anuência do Maranhão à Independência e a Guerra dos Três Bês, além dos vários impasses que aceleraram o quadro de lutas na província. O historiador Matthias Rohrig Assunção assim retrata o movimento:

A revolta que entrou na historiografia com o nome de Balaiada, foi, sem dúvida, uma das maiores insurreições populares ocorridas durante o Brasil império. Mobilizou pelo menos 12.000 homens contra os governos de duas províncias, controlou extensas faixas de território nacional durante os anos 1839-40 e requereu a intervenção maciça do governo central para ser finalmente subjugada. Apesar disto, não tem recebido muita atenção por parte da historiografia e tem sido frequentemente mal interpretada (ASSUNÇÃO, 1988, p. 67).

É nesse contexto que despontou o movimento, em 1838, prosseguindo até 1841, no Segundo Reinado. Tratou-se de uma ação coletiva e social, que abrangeu inúmeras camadas da população maranhense e piauiense. O movimento foi sublinhado pelo forte aspecto da presença das esferas subalternas, tais como escravos, negros forros, quilombolas, mestiços, brancos pobres e livres, artesãos etc., ainda que contasse, do mesmo modo, com a assiduidade de profissionais liberais e intelectuais ligados ao Partido Bem-te-vi, assim como o jornalista José Cândido de Moraes, entre outros. Acerca do papel da imprensa, Carlota Carvalho é taxativa:

Nessa quadra da vida política maranhense, fulguraram três outros atletas do jornalismo: João Francisco Lisboa, o imortal escritor do Timon e redator principal do jornal Crônica Maranhense; Antônio Pires de Castro, redator de A Sentinela; e Estêvão Rafael Carvalho, redator de O bem-te-vi, o jornal preferido pelo povo e que teve imensa circulação nas províncias do Maranhão e Piauí.

Estêvão Rafael Carvalho não tem a consagração literária que aureola João Lisboa, mas tem a coragem cívica e fortaleza de ânimo que o enaltecem e enaltecem José Cândido, o redator do Farol— qualidades que faltaram absolutamente a João Lisboa— quando os acontecimentos pediam um homem de prestígio social para chefiar homens e assumir a responsabilidade dos fatos dos quais ele foi o mais egrégio conselheiro (CARVALHO, 2011, p. 161-162).

No alcance da Balaiada, como uma agitação social introduzida no encadeamento de lutas pela Independência que se expande do final do século XVIII até meados do XIX, se sobressai uma historiografia que, apesar de não

interpelar especificamente os conflitos, traz uma nova interpretação sobre eles, abrindo fissuras e implicações para a análise da participação popular nesse período.

Referimo-nos a Caio Prado Jr., que inaugurou as bases de uma nova abordagem do processo histórico brasileiro: “uma história que não fosse a glorificação das classes dominantes” (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 64-77). Nesse contexto, Emília Viotti da Costa chama a atenção para os interesses dos inúmeros grupos sociais no decorrer das lutas pela Independência, bem como Nelson Werneck Sodré que, por sua vez, dá seguimento à revisão historiográfica instaurada por Caio Prado Jr (VIOTTI DA COSTA, 1979; SODRÉ, 1979).

3 O recrutamento e a lei dos prefeitos

Os setores oligárquicos que subiram ao poder depois da Independência e, mais precisamente, depois da deposição do Imperador em 1831, reprimiram a Balaiada e impediram, por meio do alistamento forçado, que estas camadas populares se organizassem para defender seus interesses. Vale ressaltar que o recrutamento, instrumento utilizado nacionalmente e baseado em lei imperial, foi uma das indicações utilizadas para identificar os agentes sociais populares da Balaiada, visto que ele alcançava essencialmente as esferas mais baixas da população e era um instrumento de pressão sobre a “ralé”.

Esse recrutamento provocou insatisfação no meio da população pobre, aumentando mais ainda o cenário de exploração e os combates, havendo muitas renúncias das tropas legais para o lado dos rebeldes, haja vista que o recrutamento, utilizado muito antes da Balaiada, foi intensificado durante esse conflito.

A prática do recrutamento, adotada desde os tempos coloniais, foi intensificada com a Regência para sufocar a camada composta por pessoas humildes que eram encontradas pelo país afora. Os governos regencial e provincial entendiam que assim enfrentariam a crise política, mas, ao contrário, acirraram ainda mais as contradições sociais, políticas e econômicas. Esse recrutamento, portanto, tornou-se uma constante ameaça e pesadelo para grande parte dos brasileiros, provocando pânico e terror.

Recrutava-se indistintamente, a qualquer hora do dia e da noite, nas residências ou em lugares públicos, homens casados, velhos ou jovens, sem procederem a editais para o alistamento. Eram verdadeiros sequestros, já que ser recrutado significava, além da separação da família e da terra natal, o envio para tropas de outras Províncias. Os recrutados eram tratados como prisioneiros e mantidos sob rigorosa vigilância nas cadeias ou embarcações até chegarem ao destino. Eram torturados e amarrados com cordas e grilhões de ferro.

No Piauí e Maranhão, o recrutamento utilizado como instrumento de pressão, coação e desmobilização, atingia preferencialmente a família pobre formada basicamente pelas camadas sociais com menos recursos, tais como o caboclo, o mulato e o mestiço, poupando-se o branco.

Enfim, a instauração do recrutamento obrigatório e a Lei dos Prefeitos foram relevantes para o nascimento da Balaiada. A Guarda Nacional, aparelho repressor das regências, criada por Diogo Antônio Feijó, em 1831, foi controlada pelo governo regencial e pelos grandes proprietários locais e latifundiários, que receberam patentes oficiais, transformando-se, assim, em um instrumento de violência e retaliação contra adversários, principalmente das camadas populares. O alistamento foi pessoal e compulsório a todos os homens maiores de 18 anos convertendo-se em um motivo de agitação daqueles que não desejavam exercer esse aparato repressor, sendo recrutados de forma abusiva e violenta pelas autoridades, por meio da “política dos pegas”. A respeito do assunto, o historiador Dr. Matthias Rohrig Assunção acentua:

O recrutamento compulsório era a arma predileta para perseguir inimigos políticos, sobretudo, depois da substituição dos juízes de paz (eleitos) pelos prefeitos, no exercício desta responsabilidade. A criação do cargo de prefeito, em 1838, pelo presidente da província do Maranhão, Vicente Tomás Camargo é, a exemplo de outras províncias, reflexo da reação centralizadora do fim da regência. Os prefeitos eram designados pelo presidente, e este, pela corte. Assim, numa província como o Maranhão, dominada numericamente pelo Partido Liberal (Bem-te-vi), Partido da Independência, todo Poder Executivo se concentrava, no entanto, nas mãos do Partido Português, conservador ou “cabanos”. A eleição fraudulenta de 1838 tinha também assegurado a esse partido todos os 28 deputados que compunham a Assembleia Provincial (ASSUNÇÃO, 2008, p. 20).

O debate entre centralização e autonomia encontrou ponto central na divergência dos balaios, visto que a província desaprovava a excessiva centralização, com a nomeação de governantes do centro-sul que interferiam na política local, pondo em jogo a autonomia do Maranhão. Ademais, o cargo de Juiz de Paz, criado em 1827, representou um importante passo para a descentralização e conquista de autonomia pela província.

Outra conduta descentralizadora foi a prerrogativa de poderes ao Juiz de Paz, que passou a responder pela população da comarca, reunindo o poder judicial e, até mesmo, o poder de polícia. Além de realizar a pacificação, resolver conflitos e criar decretos, converteu-se no principal agente de controle social, acarretando modificações na esfera política local. Assim, Vitor Nunes Leal nos explica o vasto papel desempenhado pelos juízes de direito e de paz na Província:

Segundo o código de 1832, cada Comarca tinha um juiz de direito, e nas mais populosas podia haver até três, um dos quais seria um chefe de polícia. Os juízes de direito eram nomeados pelo imperador. Nos termos, havia um conselho de jurados – alistados anualmente por uma Junta Especial – que funcionava em dois júris: de acusação e de julgamento; um juiz Municipal e um Promotor Público, nomeados pelo Governo Geral, na Corte, ou pelos presidentes, nas províncias, dentre listas tríplexes organizadas pelas câmaras municipais; um escrivão das execuções e oficiais de justiça; em cada distrito, havia um juiz de Paz eletivo; um escrivão e, para cada quarteirão, um inspetor, nomeado pela Câmara, mediante

proposta do juiz; e oficiais de justiça, nomeados pelo juiz. Funcionavam ainda nas comarcas as juntas de Paz, compostas de maior ou menor número de juiz de paz, que se reuniam sob a presidência de um deles, para conhecer os recursos das sentenças que cada qual proferisse. As funções policiais cabiam principalmente aos juizes municipais e ao juiz de direito que tivesse a investidura de chefe de polícia (LEAL, 1997, p. 220-222).

A independência usufruída pelos juizes entrou em colisão com as inclinações das elites locais e, especialmente, com os Presidentes de Província. A relutância da regência e da presidência não demorou: em 1837, logo após a renúncia de Feijó, sucedeu o poder o convencional e antiliberal Pedro de Araújo Lima, que, acolhendo às exigências da autoridade central e de setores da elite local, introduziu a Lei dos Prefeitos. Logo, este aparelho suprimiu as medidas de Feijó, limitando principalmente as atribuições do Juiz de Paz, ao constituir os cargos de prefeito e subprefeito, que passaram a executar o poder de polícia.

Sobre esse dispositivo centralizador, Arnaldo Soares Serra Junior acentua:

A criação da lei das prefeituras foi uma resposta dada pelos presidentes de província ao cargo de Juiz de Paz, que durante o avanço liberal acumulou diversas atribuições, como as judiciais e policiais, tornando-se maior autoridade local. Numa tentativa de reduzir as suas atribuições, esta lei retirava os poderes de polícia desses magistrados, transferindo-os para prefeituras. Estes novos agentes eram de nomeação exclusiva dos governantes da província, o que lhes garantia poderes mais amplos para interferir não só nas instituições voltadas para a tranquilidade pública, mas também no cotidiano da população (SERRA JÚNIOR, 2015, p.75).

No decorrer da obra de Joan Botelho, intitulada “Conhecendo e Debatendo a História do Maranhão” (2019), é evidente que, simultaneamente, com a Lei dos Prefeitos, instituiu-se a transformação do Código Criminal, restabelecendo-se a centralização do poder. Além do controle social pelos prefeitos, tornaram-se limitadas as atribuições do Juiz de Paz, e, por fim, o governo regressista suprimiu a lei, praticamente exaurindo a justiça local (id. ibid, p. 163).

4 A Balaiada e o seu encadeamento no Piauí

As condições para o nascimento de um movimento como a Balaiada foram alteradas ao longo da constituição histórica piauiense. Nesse passado longínquo, na qual se formaram as oligarquias e os grupos populares, além das bases econômicas e ideológicas que contribuíram para um movimento do alcance e com os contornos da Balaiada.

O agravamento das condições de vida da maioria da população local, que vivia situação de privação, vulnerabilidade e desabrigo, colaborando intensamente para o princípio da Balaiada.

Assim, podemos inferir que as causas da Balaiada são de caráter imediato, criando as condições propícias para a eclosão de um movimento de sua proporção, um movimento de natureza político-social que envolveu vários

segmentos da sociedade do território brasileiro, apresentando-se como uma luta pela liberdade e pela posse do solo, bem como contra o veredito dos governantes.

Em teor de mobilização social no Piauí, até hoje, nada superou a Balaiada. As consequências dessa revolta foram profundas e prolongadas na história social da região. Foi um movimento por busca de direitos, envolvendo grande parcela da população das províncias do Piauí e Maranhão.

Para compreender a Balaiada, no Piauí, é impensável não focar o Maranhão, pois esse movimento ocorreu simultaneamente nas duas Províncias, levando as respectivas lideranças, tanto no sentido da repressão quanto da ação dos rebeldes, a participarem de ambas.

Esse movimento foi marcado por uma forte inconsistência política nas Províncias, que marca a “evolução”, conforme Prado Jr, do movimento de independência do Brasil, sem levar em conta que o movimento em prol da independência propriamente dito, segundo este autor, teve a configuração de um “arranjo político”, arquetizado à revelia da sociedade brasileira.

Haja vista que a grande propriedade não foi afetada e conservou-se a mesma disposição de produção escravista, tendo sido, na verdade, uma oportunidade para a ascensão no poder local dos grandes proprietários de terra, de escravos e dos comerciantes, principalmente a partir da deposição de D. Pedro I em 1831. Assim, podemos inferir que a independência adveio da resistência do Imperador que não cedia aos interesses das oligarquias brasileiras e persistia em governar com a anuência dos portugueses, colaborando para sua deposição e a implantação da Regência, uma das fases mais violentas do século XIX, e que “dá acabamento ao processo de Independência, definindo o campo e as formas políticas que ocupam e dão fisionomia ao Estado em nosso país” (SODRÉ, 1979, p.249).

Não se pode discorrer sobre a Balaiada sem compreender o período imperial e o encadeamento da autonomia política do Brasil. A sequência de conflitos em que se introduz a Balaiada configurou-se, inicialmente, em 1822, com D. Pedro rompendo com Portugal.

A Balaiada abraçou a população do Piauí, com tanta força no que se refere aos “rebeldes” quanto as forças de coibição. O movimento incluiu praticamente toda a Província, de Norte a Sul. Sua população não só abraçava a população maranhense, como pegou em armamentos para lutar contra a arbitragem de um governo autocrático que vogava desde a Independência.

5 A balaiada e seu desfecho

A ação militar organizada para reprimir a Balaiada tornou-se o principal fator de derrota das forças populares, sobretudo quando atentamos para alguns aspectos como sua organização interna, composição social, ajuda recebida, tática e materiais bélicos utilizados na ação, que se exprimiram em inúmeros combates, ataques, prisões etc.

À medida que esse movimento crescia, tanto em termos de participação popular quanto em extensão, formavam-se as tropas para combatê-lo. O crescimento do movimento fazia crescer também a repressão, e vice-versa.

As autoridades não pouparam esforços para exterminar o que eles concebiam como perturbadores do sossego público. A composição das forças do governo contou com uma variedade também significativa, com capacidade de desempenhar específicas tarefas de caráter defensivo e, principalmente, com funções de ataque, perseguição e exploração, fortificadas em pontos estratégicos de fazendas, vilas e povoações.

A conduta das forças do governo foi marcada por intensa mobilidade e violência, como expressam os inúmeros combates, ataques e prisões realizados durante o movimento, levando à exaustão os combatentes das forças populares.

Enquanto levante social e popular, surgido no interior do Maranhão e do Piauí, apesar de ter sido mais extensa a sua presença no Maranhão, para Matthias Rohrig Assunção, o episódio da Vila da Manga do Iguará foi visto como uma espécie de alavanca do movimento. Os seus representantes, seus líderes, foram indivíduos do povo, como Negro Cosme, que liderou uma tropa superior a dois mil escravos e quilombolas.

Em território da província do Maranhão, os balaios não se locomoveram para a capital, porém conseguiram dominar e se apoderaram, no ápice do movimento, em 1839, de uma enorme área de terra, incluindo o alto sertão de Pastos Bons, o Mearim e o Parnaíba. Raimundo Gomes foi seguramente o maior articulador entre os líderes, o mais resistente, e o que mais deixou registros próprios. Dentre os quais se tem o notável manifesto de 14 de dezembro de 1838.

Todavia, fica explícita a interferência do grupo político Bem-te-vis no manifesto, quando são salientados:

A obediência à Constituição; respeito às garantias individuais; demissão do presidente e vice-presidente da província; abolição dos cargos de prefeitos, subprefeitos e comissários. Assim como, também se percebe os interesses de Raimundo, quando exige a expulsão dos portugueses da província – símbolos populares da opressão do grupo social dominante, e principalmente quando encerra o manifesto com a frase: “Fora feitores e escravos” (JANOTTI. 1998, p. 50).

Assim, com relação à atuação popular no movimento, fica exposto no manifesto redigido por Raimundo Gomes que ele não tencionava se juntar aos escravos, pois, ao conclamar os “cidadãos brasileiros e amigos da Pátria”, excluiu a grande massa escrava.

Figura 2 - Tropas imperiais em combate com os balaios.



Fonte: TIME, Mega. Balaiada-rebeliao-popular-do-maranhao. Disponível em: <http://www.megatimes.com.br/2011/12/balaiada-rebeliao-popular-do-maranhao.html>. Acesso em 17 de maio de 2020.

Os dirigentes do movimento foram mortos, escorraçados da província ou aprisionados. O negro Cosme foi sentenciado pela rebeldia e enforcado em praça pública, como malfeitor, na vila de Itapecuru; enquanto Raimundo Gomes foi executado em viagem, sob tutela policial, entre o Maranhão e São Paulo. Assim, “a Balaiada deixou um saldo de aproximadamente 20.000 mil mortos na província, predominantemente negros, brancos pobres, mestiços, escravos, camponeses, artesãos e vaqueiros” (BOTELHO, 2019, p. 167).

A presença das camadas populares na Balaiada, sua própria organização em trincheiras nas matas, seus belicosos ataques de surpresa, a forma de mobilização de boca a boca e a capacidade de mobilidade dos seus integrantes que anoiteciam em um local e amanheciam em outro, assim como a forma como se espalharam pelos estados do Maranhão e Piauí e a ameaça que se tornaram ao status quo da sociedade elitizada possibilitaram que fosse classificado como um movimento popular que para Sodré (1978, p. 243) “foi um dos mais s rios e notáveis que o Brasil conheceu”.

6 Considera es finais

Ainda em pleno século XXI,   imprescindível salientar que a historiografia tradicional enfatiza a falta de singularidade dos balaios, a desordem do movimento e a “eficiência” do governo central, como fatores responsáveis pelo desfecho do movimento.

Contudo, é primordial constatar que os “Bem-te-vis”, a princípio colaboradores dos balaios, desertaram da luta quando entenderam a força do movimento popular, deslocando-se para apoiar a repressão e a elite uniu-se, repetidamente, para suplantam a massa sedenta por liberdade.

Desse modo em pleno século XXI, até o presente tempo, predomina no Maranhão uma leitura negativa da luta dos balaios. Essas limitações são consequências da concepção oriunda da história tradicional com “H” maiúsculo, na produção de uma memória histórica cujas concepções frequentes têm diminuído qualitativamente a luta dos balaios, explorada perante o enfoque da violência, da fragilidade e do esfacelamento, em que integrantes são qualificados como violentos, saqueadores e demais termos depreciativos.

Outras ponderações, semelhantes e disformes, concebem esse movimento como banditismo, composto por criminosos, por um povo não civilizado. “Além das interpretações que deformam a Balaiada, outros olhares surgiram analisando o movimento, desde o século XIX” (BOTELHO, 2019, p. 164).

São eles: Carlota Carvalho (2000); Astolfo Serra (1948); Maria Januária Vilela Santos (1983); Matthias Rohrig Assunção (1998). Esta reflexão é um ensaio objetivando resgatar a história das massas populares do Piauí e Maranhão, a fim de desmistificar uma parte da história do Brasil que até hoje está mantida sob escombros.

Em um minucioso esforço de pesquisa bibliográfica, elaborada através do levantamento e da síntese de fontes, entre bibliografia e documentos, visando superar o olhar panorâmico, procuro o nível da singularidade dos indivíduos que participaram da Balaiada e na concretude de suas ações cotidianas desvelar uma complexa riqueza de vetores, ou seja, a trama da qual é feita, afinal, a história.

E o debate continua...

REFERÊNCIAS

AMARAL, J. R. do. **Apontamentos para a História da Revolução da Balaiada** - Primeira Parte 1837-1839.

AMARAL, J. R. do. **Apontamentos para a História da Revolução da Balaiada** - Terceira e última parte 1840-1841.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO (São Luís). Documentos para a história da Balaiada: FUNCMA, 2001. 418 p. (Serie Documentos Históricos).

ASSUNÇÃO, M. R. **A guerra dos Bem-te-vis: a Balaiada na Memória Oral**. São Luís, SIÓGE, 1988. 250p. il.

ASSUNÇÃO, M. R. **A guerra dos Bem-te-vis: a Balaiada na Memória Oral**. São Luís: Editora da UFMA, 2008.

BOTELHO, J. **Conhecendo e Debatendo a História do Maranhão**. 3. ed. São Luís: Gráfica e Editora Impacto, 2019.

CARVALHO, C. **O Sertão: subsídios para a História e a Geografia do Brasil**. Imperatriz – MA: Ética Editora, 2000.

CARVALHO, C. **O Sertão: subsídios para a História e a Geografia do Brasil**. Rio Grande do Norte: EDUFRN, 2011.

DIAS, C. M. M. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 5, nov. 1995. Balaiada: a guerrilha sertaneja, p. 73 a 88.

DIAS, C. M. M. **Balaios e bem-te-vis**: a guerrilha sertaneja. Teresina, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.

FEBVRE, L. **Combates pela História I**. Lisboa, Ed. Presença, 1977.

HOBSBAWM, E. J. **Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

JANOTTI, M. de L. M. **A Balaiada**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e socialidades na Cidade Imperial, 1820-1840. São Paulo: Hucitec, 2005.

MOREL, Marco. **O período das regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. Revista do IHGB, v. 7, 1847.

OTÁVIO, R. **A Balaiada, 1839**: depoimento de um dos heróis do cerco de Caxias sobre a Revolução dos Balaios. São Paulo: Siciliano, 2001.

PRADO JR., Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. São Paulo, Brasiliense, 1979.

SANDES, Noé Freire. **A invenção da Nação**: entre a Monarquia e a República. Goiânia: UFG, 2000.

SANTOS, M. J. V. **A Balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão**. São Paulo: Ática, 1983. (Ensaio; 101)

SANTOS, S. R. R. dos. **A Balaiada no Sertão**: a pluralidade de uma revolta. São Luís: Editora UEMA, 2010.

SERRA JUNIOR, A. S. **Delegados régios e magistrados eletivos em tempos de construção do estado nacional**: as relações entre os chefes do executivo provincial e os juizes distritais no Maranhão (1827-1841). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão. São Luís: 2015.

SERRA, A. **A Balaiada**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bedeschi, 1948.

SODRÉ, Nelson Werneck. **As razões da independência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.